

DIONÍSIO CARNEIRO

A mididesvalorização de 30 de setembro instabilizou a inflação esperada. Na frágil situação enfrentada pelo Banco Central, em meio a um tiroteio



contra a elevação das taxas de juros, o governo não teve nem a oportunidade de desfrutar uma pequena e importante vitória com o anúncio do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) para setembro, que poderia dar uma trégua no processo de deterioração das expectativas.

Dois tipos de medidas têm sido temidas pelos agentes econômicos: uma dolarização das transações financeiras inspirada no Plano Cavallo, ainda que não idêntica à da Argentina, limitando-se ainda mais o poder do Banco Central para financiar o déficit do governo; ou uma prefixação da inflação após uma reindefinição generalizada. No limite, um congelamento geral. Em qualquer dos casos, sem um ajuste fiscal convincente e duradouro, que possa justificar expectativas de inflação moderada no médio e longo prazos, haverá controle da inflação, mas este durará pouco tempo.

A preparação dos fazedores de preços para o novo choque tem acelerado as expectativas, pois as notícias dos reajustes dos preços mais notórios, como é o caso dos automóveis, dos remédios e das tarifas de serviços públicos, ganham naturalmente as manchetes. Mesmo com demanda apertada, sobe a inflação

mensal, aumenta a impaciência e volta a ganhar maioria o pessimismo.

Nesse quadro, voltam as recomendações de um choque, com congelamento, inovações de intervenção nos negócios e busca de uma nova trégua para que o governo possa tentar fazer alguma coisa. A pressão para a criatividade deve agora estar em seu auge, assim como a demanda por pajelança.

Um novo choque pode de fato dar mais algum tempo ao governo. Certamente, é melhor para o governo negociar com mais calma um pacote fiscal com inflação esperada de 10% do que de 30%, o que poderá acontecer em dezembro, digamos, mesmo com um congelamento malsucedido.

Com um congelamento, mesmo sem grandes novidades, as vendas de Natal serão melhores. Na verdade, devem ser tanto melhores quanto menos as pessoas acreditarem na durabilidade do congelamento.

Sabedores disso, os industriais estarão dispostos, na hipótese de congelamento, a produzir mais, para encher as

prateleiras dos comerciantes. Com vendas maiores no Natal, o governo arrecadará mais e, assim, até o déficit poderá ser menor no final do ano. Para melhorar ainda mais sua posição financeira, basta ao governo aproveitar o congelamento e baixar a taxa de juros real, porque assim poderá re-financiar sua dívida a menor custo.

Na prática isso é feito aumentando a monetização da economia, aproveitando a maior demanda por moeda com a inflação menor prevista e por crédito para os negócios. A primeira impulsionada pela inflação mais baixa esperada e ambas na esteira das vendas maiores.

Se o paraíso está tão ao alcance de nossas mãos, por que não atingi-lo? Mesmo não fazendo exatamente o estilo do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ou do presidente do Banco Central, Francisco Gros, certamente não faltarão executores para uma política tão prazerosa para todos, mandantes, executantes e executados.

Acho que a resposta a essa

difícil pergunta é simples: é porque apesar de tudo a vocação para o suicídio coletivo ainda não se generalizou e porque o governo sabe que o mundo não acabará no Natal.

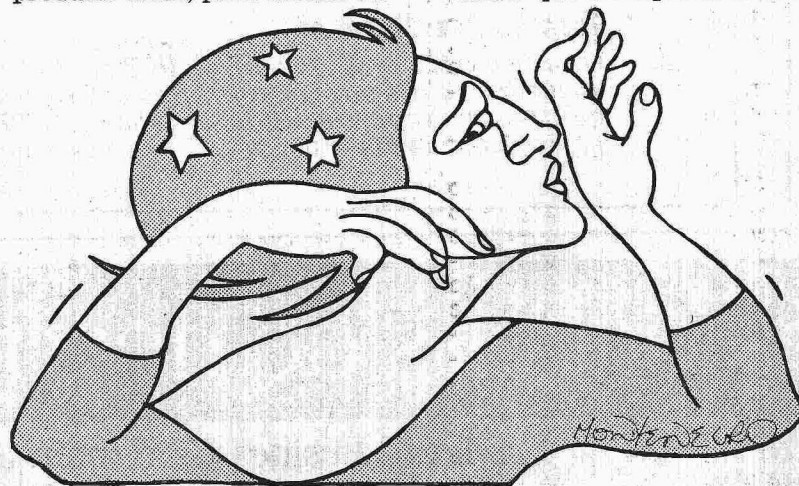
A tarefa mais complexa da política econômica não é, assim, programar hoje um Natal feliz, mas tentar garantir um ano-novo mais promissor. E este não poderá ser prometido sem um Natal apertado.

Um congelamento ou uma nova pajelança agora seriam um exemplo claro de preferência pelo imediato. O congelamento tiraria a pressão desagradável das costas do governo por um orçamento mais equilibrado para o próximo ano, pois daria a impressão, ao final do ano legislativo, de que a inflação estaria "sob controle", e rapidamente ensinaria que outros problemas mais prementes tivessem prioridade.

Do lado do setor produtivo, seria na realidade a consagração das expectativas altistas, desde a liberação dos preços. Preços que dispararam após a liberação encontrariam sua justificativa na maior demanda, alimentada por crédito barato e abundante.

Com um novo choque, certamente o discurso de passagem de ano do presidente poderia ser mais animado, desde que voltado para o passado.

Difícil mesmo seria prometer algo melhor para o futuro, a não ser nova aceleração da inflação, novas expectativas de congelamento e, se possível, uma passagem estreita de esperança entre dois natais, sem nenhuma garantia de próspero ano-novo.



■ Dionísio Carneiro, economista, é professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).